



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



33

Discurso na cerimônia de abertura do Seminário Novo Ensino Médio – Educação Agora é para a Vida

BRASÍLIA, DF, 15 DE SETEMBRO DE 1999

Senhor Ministro de Estado da Educação, Paulo Renato de Souza; Senhor Ministro de Estado Interino das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Seixas Corrêa; Senhores Secretários de Educação; Professores, educadores; Senhoras e Senhores; Senhores membros desta Mesa,

Apraz-me poder ter assistido, nesta manhã, à breve exposição do Ministro Paulo Renato a respeito das modificações que estão sendo feitas no ensino médio no Brasil.

O Ministro Paulo Renato, na sua exposição, disse que a reforma da educação é uma preocupação central minha e do meu governo. É verdade. Cansei de ouvir, desde os bancos escolares até os tempos em que dava aulas nas universidades do Brasil, que a questão central do País eram o analfabetismo, a educação primária, a educação de base. Isso foi dito o tempo todo.

Agora, passamos a uma fase que, ao invés de dizer isso, estamos mudando isso. Mudando efetivamente. Mudanças requerem, sempre – como ainda ontem disse –, necessidade, no sentido de urgência. Necessidade de convergência e, o quanto possível, a simplificação dos proble-

mas que aparecem complicados, como se fossem complicados. É preciso simplificá-los para que possamos resolvê-los.

Isso não quer dizer que se deva cair na primeira idéia simplista, que dá a sensação de que as coisas estão resolvidas porque foram simplificadas. A simplificação é uma operação mental complexa também. Mas ela é necessária. O que tem sido feito no Ministério da Educação nesses últimos anos é, precisamente, sentir a urgência das mudanças, não deslongar, não pretextar, avançar. Ao mesmo tempo, buscar o entendimento, buscar a convergência. Esta reunião vai nesse propósito. Ninguém muda o Brasil se não for capaz de mobilizar a sociedade, se não for capaz de mobilizar, numa parceria permanente e ativa, o conjunto das esferas administrativas.

Não há de ser o Ministério da Educação – burocraticamente ou à moda antiga do controle soviético, por ordens, por determinações legais, por imposições – que vai mudar a educação. A educação só muda havendo um debate, havendo convencimento, mobilização. E, ao mesmo tempo, mostrando com clareza quais são os problemas, qual é o rumo e como se está avançando. Mais vale mostrar uma tabela destas, explicar o que aconteceu, do que fazer dezenas de discursos encomiásticos sobre as obras de reforma. As coisas estão acontecendo.

Claro, há muita gente que tem poeira nos olhos. Há muita gente que persiste em olhar pelo retrovisor. Paciência. Mas há os que persistem, os que têm, realmente, a capacidade de ver o outro, os que têm a paciência para entender os processos que, às vezes, são complexos. Acho que precisamos entendê-los para torná-los mais simples, percebendo que as coisas estão acontecendo. Estão acontecendo no ensino de base de uma forma inequívoca.

Em 1994, tínhamos 89% dos nossos jovens em idade escolar no ensino fundamental. Eram 89%. Já tinha sido feito um avanço. Nesses quatro anos, foi possível passar para 96%. Estamos agora mobilizados para chegar ao ideal: 100%. Não creio que algum país tenha chegado a isso. Mas é preciso ter o ideal, para que nos movamos na direção dele e para que avancemos o máximo possível, ou para que, ao menos, pelo possível alcancemos o máximo. Por isso mesmo, o objetivo do Governo

é para este fim: neste novo mandato, chegar aos 100% com essa ressalva que já mencionei aqui.

Surpreendeu-nos – e muito – favoravelmente verificar que no ensino médio o salto foi de 57% nas matrículas. Isso significa 7 milhões e 800 mil jovens de 15 a 17 anos nas escolas, no ensino médio. Isso quer dizer que podemos tomar como realista a meta do Governo, que é a de alcançarmos 10 milhões de estudantes no ensino médio até o fim deste mandato.

À primeira vista, quando se apresentam números no Brasil, vem a descrença. Tenho horror à indústria do pessimismo. Não gosto do artesanato do pessimismo também, dos que, no dia-a-dia, constroem o pessimismo. Muito menos ainda daqueles que o produzem em massa. Mas se escaparmos dessa indústria de pessimismo, dessa “artesanía” constante, paciente, de minar a crença do Brasil nele próprio, vamos ver que quando se fala em 10 milhões como meta é perfeitamente factível. Se aplicarmos a taxa de crescimento ocorrida nos últimos cinco anos aos próximos anos, podemos ver que vamos ultrapassar os 10 milhões. Não há nada de exagerado nisso.

Se voltarmos a um dado que mencionei a respeito do ensino fundamental, do ensino básico, vamos ver que se chegarmos próximos dos 100% estaremos, no tempo, eliminando a maior chaga do Brasil, que é o analfabetismo. Estaremos eliminando o analfabetismo das novas gerações. Claro, restarão alguns bolsões de analfabetismo, que têm de ser tratados de uma maneira focalizada, com programas específicos, como faz o Comunidade Solidária. Mas aí já não são programas de ordem geral. São programas específicos para reduzir ainda mais depressa esses bolsões de analfabetismo.

Quanto tivermos terminado o analfabetismo, não vamos ficar parados. Vi, recentemente, um levantamento – aliás uma crítica ao programa do Labour Party, na Inglaterra – mostrando que o analfabetismo funcional continua muito elevado na Inglaterra. Imaginem no Brasil. Mas, ao dizer isso, não quero dar alento à fábrica de pessimismo. Quero dizer que os problemas sempre existem. E quando se resolve um, se buscam outros. Mas é preciso não perder o sentido do processo de transformação.

A verdadeira pergunta é: estamos parados, estamos regredindo ou estamos avançando? Na educação, os números são claros: nós estamos avançando. Crescemos 57% no ensino médio. No ensino superior, as matrículas cresceram 28%. Mas tão importante quanto os números é o que está contido nas transformações em termos do modo pelo qual estamos crescendo. O Ministro Paulo Renato acabou de mostrar que o crescimento no ensino médio correspondeu a um imenso avanço da escola pública estadual, como deveria ser. No setor da educação de base houve também um imenso avanço no ensino municipal, como deveria ser.

Então, há uma política por trás desses números. Os números mostram, em termos genéricos, a tendência. A política mostra a qualidade dessa transformação. E no caso da educação, essa qualidade é muito abrangente. Acabei de receber, aqui, os parâmetros curriculares para o ensino médio. Já havia recebido os parâmetros curriculares do ensino básico. Só quem não foi professor desconhece a importância disso. Não se trata de um livro obrigatório para o professor seguir. Trata-se de uma referência. E essa referência não expressa o ponto de vista do Estado. Expressa o ponto de vista da sociedade.

Foram centenas de pessoas envolvidas em seminários, discussões e debates para que se pudesse mostrar qual é o conteúdo desejável, que não permitisse a reiteração dos preconceitos que, muitas vezes, havia nos livros didáticos do Brasil, que permitisse a formação para uma sociedade realmente democrática, que não fosse uma sociedade totalitária, que não fosse fundamentalista também. O novo totalitarismo é o fundamentalismo, que aparece às vezes em algumas religiões, às vezes em algumas ideologias, às vezes em algumas práticas de certos grupos políticos. O ensino não pode ampliar esse fundamentalismo. Tem que ser democrático, tem que insistir na diversidade, na convergência, mas com diversidade, na convivência, mas com debate e não no molde único.

Assim como se critica, e com razão, a existência, que não compartilha dela, de um pensamento único na economia, é mais grave o pensamento único na cultura. É mais grave o pensamento único na política e na educação, porque ele molda para sempre as mentes e os corações das

crianças. Aqui, o ensino que se apresenta, o parâmetro curricular, é a abertura do espírito. Não é o fechamento do espírito. Não é o dogma de quem pensa que tem a razão. Não é a crença cega de quem pensa que todo o bem está concentrado na sua posição. É o respeito à diversidade de posições e à prática maiêutica de chegar-se a alguma convergência pelo debate, pela discussão, pelo avanço progressivo.

Não foi só isso. Não é, simplesmente, uma transformação que estamos fazendo nos conteúdos dessa forma como eles estão dizendo. Os pressupostos para isso também foram feitos. O pressuposto é o treinamento do professor, o pressuposto é o treinamento do administrador, é a existência de programas como temos, como a questão do Fundo de Desenvolvimento do Ensino e Valorização do Magistério, o Fundef, que não foi fácil aprovar e, até hoje, encontra resistências e também escassez de recursos. E um programa que permite a valorização do professor da escola fundamental, nas áreas mais pobres do Brasil. De um ano para o outro, no Nordeste, houve um aumento de 50% no salário dos professores, em média. Isso é uma transformação importante também.

Está tudo uma maravilha? Certamente que não. Dá-se tudo que o professor merece? Certamente que não. Mas se avançou, se mudou, se fez ver ao País que era preciso dirigir os recursos, concentrar naquilo que é fundamental. E não nos contentamos com as práticas tradicionais da escola. A TV Escola é fundamental em um país como o nosso, um país de proporções continentais, de dispersão imensa de população. Esse ensinamento todo, através de técnicas modernas, requer também a formação na escola pública, na escola fundamental, nas áreas mais pobres do Brasil, daquele que não venha a ser, no futuro, um analfabeto tecnológico, que seja incapaz de lidar com o computador. Por isso, temos programas, sim, de distribuição de computadores e centros de treinamento para formar aquele que vai ser capaz de lidar com o computador.

Essas reformas estão sendo implementadas, vão se desdobrando no tempo, mas mudam o Brasil. Ninguém muda uma nação de repente, nem com discursos, nem com lei. A mudança é, realmente, um processo. A mudança, realmente, requer um envolvimento muito mais amplo da sociedade. Claro, os mais precipitados ou os mais pobres de espírito

imaginam que a mudança pode ser feita, simplesmente, à machadinha. Não é. É um processo. Mesmo as mudanças, quando ocorrem rupturas, não acontecem de repente. Elas têm ziguezagues. Aqui, esse tipo de mudança é mais lento, mas ele não tem ziguezagues, porque, progressivamente, vai imbuindo o conjunto da sociedade, através dos mais jovens, das visões mais adaptadas às realidades contemporâneas, aos desafios que temos que enfrentar.

O Ministro Paulo Renato mencionou também, no final de sua exposição, que essa pressão vai requerer uma atenção especial ao financiamento do ensino médio. Isso é certo. E é por isso que todas as vezes que se fala nas mudanças qualitativas, no social, que são fundamentais – e que nós estamos fazendo –, não podemos separar essas mudanças das condições materiais para que elas ocorram. Quando insisto na necessidade das reformas, é por isso. Não é pelo amor à estabilidade de uma moeda. É pelo amor ao povo do país, que só terá acesso à educação, à saúde, à melhoria se tivermos condições que permitam ao Estado de se refinanciar e permitam à sociedade investir. Sem isso não há como.

E para que possamos refinanciar o Estado precisamos insistir nas reformas. Repito o que disse ontem, anteontem e em toda a minha vida nesses últimos tempos: há urgência nas reformas. O Presidente não tem que se desculpar por pedir urgência a ninguém. Pelo contrário, pede urgência porque o Brasil quer a urgência. As boas maneiras, a cordialidade são necessárias. São necessárias para que possamos ter um país democrático e que se saiba respeitar um ao outro. Mas a exigência de reforma urgente não pode ser diminuída, nem pode ser, a cada instante, minada pela idéia de que há um vaivém. Hoje avança, amanhã recua. Não. A urgência não requer desculpas. Não precisa pedir desculpas para pedir urgência. Devem desculpar-se os que não prestarem atenção às urgências do País e não quem está prestando atenção a elas.

Teremos, todos nós, que seguir firmes no caminho de querer mais reformas. Discutir o conteúdo delas, sem dúvida. Saber se é o melhor caminho, sem dúvida. Mas não podemos olhar paralisados ou deixar que as grandes questões se percam nas pequenas, no que é acessório.

Esquecer o essencial e centrar tudo no acessório é um erro de perspectiva e é alguma coisa que faz mal à alma nacional. É preciso grandeza. Um país que é capaz de fazer, como estamos fazendo, na democracia, na adversidade as transformações que estamos fazendo é um país que requer grandeza dos homens públicos. Não requer picuinhas. Não requer ditos que podem ser até jocosos, que podem, em um dado momento, dar a impressão de que foi uma idéia simples, quando ela foi só simplista. Não. Requer grandeza.

Vejo grandeza nos que estão mudando a educação. E quando digo que estão mudando a educação, não é o Governo só, não. Não é o Ministro só, não. São todos. São os secretários, são os governadores, são, sobretudo, os professores, as professoras, os que estão na sala de aula, os que estão lutando, com muita dificuldade. Mudança educacional não pode ser apropriada por um partido político, por uma pessoa, por um ministério, por um governador, por um prefeito. Não é isso, não. É uma coisa muito mais séria que requer, efetivamente, compromisso. E esse compromisso é que precisa que nós encaremos essas mudanças com grandeza.

Vejo que aqui existe esse espírito. E é por isso que, nesta manhã, vim aqui, de coração aberto, para falar com o Brasil sobre educação, em um ambiente de educadores, não esquecendo as outras reformas, mas pedindo aos brasileiros: vamos olhar o mundo com mais grandeza. Vamos encarar as pessoas com mais respeito. Vamos reproduzir as palavras, como aqui foi dito, que estão ensinando as crianças, não fora do contexto, mas no contexto, porque isso é fundamental para que o Brasil possa continuar a crer nele próprio.

Creio no Brasil, porque creio nos professores, creio nas professoras, creio nos estudantes, creio na vontade de mudança.

Mas não queria terminar – e lamento ter de fazê-lo da forma como vou fazer, porque estou aqui, no Itamaraty, ao qual servi – sem fazer uma referência, para mim, dolorosa. Mas é justo que o Presidente a faça. Infelizmente, para todos nós que privamos da sua convivência agradável, faleceu, nesta madrugada, um antigo Ministro das Relações Exteriores, o Doutor Roberto de Abreu Sodré.

Não me sentiria bem comigo mesmo, apesar de todo o entusiasmo que tenho por estar aqui com vocês para discutir educação, se não deixasse também aqui uma palavra de respeito a um homem que foi Ministro das Relações Exteriores. Tenho certeza de que ao me pronunciar dessa maneira, embora ocupando indevidamente a função, neste momento, de Ministro do Exterior, estou também falando pelo conjunto do Itamaraty.

Muito obrigado.